Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 27 de agosto de 2014

Ata N.º 9

No dia vinte e sete de agosto de dois mil e catorze, pelas vinte horas e quarenta e três minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Autorização de repartição de encargos orçamentais para os anos económicos 2015, 2016 e 2017, resultante de procedimento concursal «Combustíveis rodoviários, em regime de fornecimento contínuo», ao abrigo da alínea b), do n.º 1 do art.º 20.º do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

PONTO DOIS – Adrepal, Lda. – Transmissão do património imobiliário – prorrogação do prazo para outorga do contrato definitivo;

PONTO TRÊS – Nomeação de auditor externo do Município de Palmela (anos económicos 2014 a 2017) e do fiscal único da empresa municipal Palmela Desporto, E.M.;

PONTO QUATRO – Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M.

A Mesa foi constituída pela sua Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. José da Cruz Silvério;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Tiago Miguel Neves da Silva Machete.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim;
- Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;

- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Eduardo Alexandre Godinho Ferro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, do PS,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira** que se encontra presente.

- **Sr. Fernando Luis Justino Coelho, do PS,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** que se encontra presente.

- **Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira, do PS,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tiago Miguel Neves da Silva Machete** que se encontra presente.

- **Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino, do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio** que se encontra presente.

- **Sr. Valentim Rodrigues Pinto,** Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, justificou ausência à sessão por motivos pessoais, fazendo-se substituir pelo **Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade**, Tesoureiro da Junta.

- **Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos, da CDU,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos profissionais, a partir de 25 de agosto de 2014, por um período de 40 dias.
  Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a saber: **Sr. Pedro Miguel Martins Pereira, Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** e **Sr. Tiago Miguel Neves da Silva Machete do PS, Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP** e **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria da CDU** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** deu início ao Período da Ordem do Dia.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Autorização de repartição de encargos orçamentais para os anos económicos 2015, 2016 e 2017, resultante de procedimento concursal «Combustíveis rodoviários, em regime de fornecimento contínuo», ao abrigo da alínea b), do n.º 1 do art.º 20.º do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Permita-me que em primeiro lugar cumprimente V.Exa., assim como os restantes membros da mesa, as senhoras e os senhores membros da Assembleia, as senhoras e os senhores munícipes, naturalmente também a comunicação social e os trabalhadores do município que aqui se encontram.

Iniciamos precisamente por uma das propostas que acaba por motivar o caráter extraordinário desta reunião, até pela urgência de que se reveste, e trata-se de um pedido de autorização de repartição de encargos orçamentais para os anos económicos de dois mil e quinze/dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete, resultante de um procedimento concursal que desenvolvemos para o fornecimento de combustíveis rodoviários, em regime de fornecimento contínuo ao abrigo da legislação aplicável.

A Câmara aprovou por unanimidade esta abertura de procedimento concursal que está a decorrer. Sublinho aqui que não está em análise propriamente a proposta, nem o programa do concurso público, trata-se de um pedido de autorização à Assembleia e porquê? Ao contrário daquilo que acontece com o plano plurianual de investimentos que tem e deve ter, por isso é que tem o nome plurianual, uma programação por vários anos, o orçamento tem uma programação estritamente anual.

Com a nova legislação, nomeadamente a nova lei das finanças locais, é possível criar também no orçamento rubricas por vários anos/plurianuais mas, naturalmente e muito bem a meu entender, trazendo sempre ao órgão deliberativo esse pedido de autorização. O orçamento até 2013 não tinha portanto programação plurianual, a partir de 2014 com a nova lei das finanças locais pode ter, e o pedido de autorização visa que os encargos resultantes deste concurso para aquisição de combustível rodoviário em regime de fornecimento continuo, que foi aprovado pela Câmara em sete do cinco e que tem um prazo de três anos, tenha os seus encargos repartidos pelos anos económicos de 2015, 2016 e 2017, no valor respetivamente de quatrocentos e trinta mil euros em dois mil e quinze, quatrocentos e trinta mil euros em dois mil e dezasseis e trezentos e setenta e nove mil e euros em dois mil e dezassete, sendo que estas importâncias são acrescidas do iva à taxa legal em vigor. Os encargos referentes ao ano económico de 2014, no valor de sessenta e um mil euros acrescidos de iva, estão previstos na rubrica orçamental respetiva.

No fundamental importa dizer que há vantagens para o município em fazer um procedimento desta dimensão plurianual e que atinga uma previsão de um milhão de euros para estes três anos no que diz respeito sobretudo ao gasóleo, que é fornecido in loco nos armazéns do município e trezentos mil euros para gasóleo e gasolina no caso de necessidade, a que corremos cada vez menos, de abastecimento em postos públicos de vários concessionários. Uma delas há-de ganhar e no fundamental creio que está explicitada a razão e a necessidade de trazermos à Câmara este, à Câmara não, à Assembleia este pedido de autorização, dado que na Câmara já houve aprovação. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta proposta, quem deseja usar da palavra? Tem a palavra a bancada do Partido Socialista por favor. Faz favor é só falar."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Antes de mais começando pela Sra. Presidente da Assembleia, os Srs. e as Sras. Deputados Municipais, Sras. e Srs. Vereadores e restantes Autarcas, Sras. e Srs. Técnicos aqui presentes, Sras. e Srs. da Comunicação Social e Sras. e Srs. Munícipes, uma muito boa noite a todos.

No tocante aqui ao ponto um da ordem de trabalhos desta sessão, o nosso sentido de voto será favorável, porque é notório uma redução de valores na abertura deste concurso, contudo esta redução de valores lança algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas.

Esta redução de valores significa que os senhores conseguem fazer menos, conseguem fazer mais com menos, sou seja que existe uma melhor organização, ou eficiência na gestão dos combustíveis, ou dos serviços prestados pela Câmara, ou efetivamente existe uma redução ao corte nos serviços prestados pela Câmara Municipal? Disse muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais algum pedido? Mais alguma intervenção? Por favor? Uma questão, por favor? Tem a palavra Maria Rosa Pinto por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Uma questão na página seis, relativamente aos lotes deve haver uma justificação, (estava só a aguardar que o Senhor Presidente chegasse à página seis). Relativamente ao lote um há dois critérios de adjudicação.

Relativamente ao lote dois há três critérios de adjudicação, este critério adicional no lote dois, é o da cobertura geográfica local que tem uma ponderação de 20%, o desconto unitário de 70%, o pagamento das faturas, portanto o prazo de pagamento a 10 %, no outro o lote um há 90/10, eu sei que este lote um é da aquisição por grosso do combustível, mas gostava de uma justificação mais clara porque é que a cobertura geográfica não é tida em conta neste caso? É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão por favor? Então pedia ao Sr. Presidente que fizesse o favor de esclarecer."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza Sra. Presidente, eu começaria por esta última questão.

Tenho todo o prazer em dar-lhe a informação que me solicitou, mas queria recordar à Sra. Membro da Assembleia que não está aqui em análise o Caderno de Encargos nem o procedimento. O procedimento não compete a este órgão decidi-lo, ele foi aprovado por unanimidade, incluindo o membro do seu partido na reunião de Câmara. Em todo o caso, como deve compreender, o critério geográfico para o primeiro lote, porque nos interessa, é comprar a granel e o mais barato possível, para nós é indiferente e portanto não deve ser valorizado, para nós é indiferente que seja um fornecedor de Guimarães, Freixo de Espada a Cinta, ou do Algarve, aquele que efetivamente conseguir colocar aqui, com os prazos de entrega que nós estimulamos o abastecimento dos nossos depósitos nos armazéns gerais, muito bem e temos conseguido preços muito favoráveis.

No que diz respeito ao segundo lote o critério geográfico tem que ver com o facto de, imagine uma máquina está a laborar no nosso concelho e que por necessidade não se justifica vir das Faias aos Armazéns Gerais abastecer; se tiver falta de combustível por algum motivo, justificar-se-á abastecer na rede que exista no nosso concelho. O mesmo seja para uma máquina de trabalho, seja uma viatura dos leitores da cobrança de águas, ou seja uma viatura do membro do executivo e a razão é essencialmente esta, porque consideramos que nesta zona, nós andamos sobretudo na Área da Grande Lisboa é onde poderemos vir a ter necessidade de abastecer sem ser nos nossos Armazéns Gerais.

Entretanto quero aqui já referir que temos dado instruções muito claras aos nossos serviços para que procedam ao abastecimento nnos armazéns gerais, eu próprio, já nem me lembro do código do cartão porque não abasteço em nenhuma bomba de gasolina, porque ao fazê-lo nos Armazéns Gerais estou a poupar efetivamente alguns cêntimos por litro à nossa Câmara e isto vai já ao encontro da questão suscitada pelo membro da bancada do Partido Socialista cujo nome não consigo ver daqui, peço desculpa, Ricardo peço desculpa.

Efetivamente não há redução da atividade, há de facto uma melhor redefinição de circuitos também não é (…). Relembrar aqui, porque tive o cuidado até de fazer o levantamento das nossas despesas com combustíveis desde dois mil e cinco até dois mil e catorze, e não obstante os aumentos que houve nestes anos, nós temos conseguido, mesmo assim, reduzir. Mas é importante recordar que nós dantes, felizmente, tínhamos uma rede de transportes para os nossos trabalhadores e que fomos forçados a deixar de o fazer, com muita pena minha, sobretudo para os trabalhadores operacionais.

Também a forma como reorganizamos circuitos até nalguns casos deixando maquinaria e viaturas em parques das nossas juntas de freguesias, quando estão a fazer intervenções no local, enfim temos procurado todas as metodologias e mais algumas para reduzir encargos de funcionamento, seja na iluminação deste edifício, seja na iluminação pública, seja também nos combustíveis. Mas eu creio que ganhamos sobretudo foi com esta forma de concurso e de contratualização deste lote maior, porque é esse que faz efetivamente esmagar os preços.

A partir do momento em que passamos todos a utilizar sobretudo o abastecimento nos nossos Armazéns Gerais, perde-se mais cinco minutos mas vai toda a gente lá abastecer e a partir do momento também em que noventa e nove virgula nove por cento das viaturas ficam nos Armazéns Gerais, de facto temos conseguido algumas poupanças e quanto à redução do serviço ele não se regista efetivamente, podemos é ter menos uma ou outra máquina funcional, ou parada, mas não é isso que justifica de facto estas poupanças de algumas de dezenas de milhares de euros. Temos de ano para ano vindo a conseguir, tem sido desta forma de programação de trabalho de rentabilização dos circuitos seja de fiscalização, seja de deslocação para intervenções, seja para leitura de água, seja daquilo que for, hoje temos todos, é como na nossa vida, temos todos de escolher o caminho mais curto porque esses cêntimos no fim do mês são de facto poupanças consideráveis não é? Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia estamos em condições de votar?

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE). Aprovado em minuta.

PONTO DOIS – Opção de venda da participação da Câmara Municipal de Palmela no capital social da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, no âmbito do processo de privatização da EGF

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem Sra. Presidente, trata-se de uma proposta acerca da ADREPAL e acerca da transmissão do Património Imobiliário, uma proposta de prorrogação do prazo para outorga do contrato definitivo em trinta de junho de dois mil e onze.

A ADREPAL e Câmara Municipal celebraram um contrato de promessa de compra e venda referente à transmissão do Património Imobiliário dessa firma, composto por dois prédios rústicos sitos em Cantos, Freguesia de Quinta do Anjo, encontrando-se incluída na promessa a transmissão de todas as benfeitorias

neles realizadas em conformidade com deliberação da Assembleia Municipal de Palmela, de vinte e quatro do dois de dois mil e onze.

Nos termos do referido contrato de promessa de compra e venda, o contrato definitivo deveria ser outorgado até ao final do primeiro semestre do presente ano de dois mil e catorze. No entanto a ADREPAL veio, através de ofício, reconhecer que não lhe seria possível transmitir na data prevista os prédios livres de ónus e encargos, uma vez que não lhe foi possível liquidar na sua totalidade os empréstimos contraídos e por consequência libertar as hipotecas que oneram os referidos imóveis.

A empresa acredita que com a implementação de um novo plano estratégico para o espaço, que também nos fez chegar e que tenho aqui algumas notas para partilhar com as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, permitirá a restruturação da sua atividade em consonância com as potencialidades do espaço, que tem vindo a ser, aliás esta confirmação das suas potencialidades tem sido visível nos últimos meses com um acréscimo de ocorrência ao espaço, com um acréscimo de solicitações de aluguer, com acréscimo de eventos e muitos outros que vos darei conta daqui pouco. Naturalmente estamos sempre todos com alguma expectativa que a situação económica ou financeira do país, e das famílias, melhore para que também a sua atividade comercial, nomeadamente a venda de artesanato e produtos manufaturados através do barro e da cerâmica, e as pessoas possam vir a ter apetência para investir também nessa arte e com essa expetativa poder chegar à liquidação da totalidade das responsabilidades assumidas que a empresa assumiu para com as entidades financeiras e pede-nos, digamos, um prazo máximo de cinco anos. Sublinho é um prazo máximo, isto é para ir até cinco anos não significa que tenhamos que esgotar os cinco anos, desonerando assim os imóveis, facto que nos permitirá proceder à escrituração dos terrenos com estes livres de quaisquer ónus ou encargos.

Perante esta solicitação e feita a avaliação desta possibilidade a Câmara Municipal aprovou, mas naturalmente que submete à Assembleia Municipal a aprovação deste pedido de prorrogação de prazo, para um máximo de cinco anos, para outorga do contrato definitivo de transmissão do património imobiliário da firma ADREPAL, Lda., composto por dois prédios rústicos e respetivas benfeitorias sitos em Cantos na Freguesia de Quinta do Anjo.

Gostaria ainda de dar aqui mais alguns dados para que estejamos todos na posse daquilo que é essencial. Recordo que este contrato de compra e venda se cifra num valor de um milhão duzentos e noventa e dois mil novecentos e setenta euros, dum património avaliado em um milhão trezentos e oitenta mil duzentos e sessenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos.

O que nós pretendemos é garantir que de facto todo o investimento que tem vindo a ser feito naquele espaço, nomeadamente também através da ADREPES que integra a ADREPAL, venha de facto, efetivamente, à posse do município porque os suprimentos pagos ao longo dos anos já estão perto deste valor e na prática não nos interessa outra forma de contratualização, porquanto ficarmos ali com ónus e encargos há o perigo de, perante algum incumprimento por parte da ADREPAL, deixarmos fugir este património do município. Portanto este será o caminho que melhor serve este objetivo de virmos o mais rapidamente possível, e eu não excluo cenário nenhum, vir a resolver esta questão para podermos efetivamente concretizar a posse daquele valioso imóvel, daquele valioso património, com enorme potencial que constitui aliás uma das portas da Arrábida.

Permita-me ainda partilhar com V. Exas., algumas linhas e eixos do plano estratégico que nos foi apresentado e que naturalmente mereceu também a aprovação do representante do Município na gestão da ADREPAL. Há um primeiro eixo, e já agora dizer que este plano estratégico já está em curso, e corresponde a uma visão que teve necessariamente de ser reajustada ao atual paradigma que estamos a viver, que é caraterizado com uma forte crise económica e que não possibilita que o espaço tenha conseguido nos últimos anos ser auto-suficiente.

Eu recordo que no início toda a gente aprovou isto e toda a gente achava que o espaço com as escolas todas a irem lá, os alunos todos a irem lá comprar cerâmica e com mais algumas coisas, que tinha a sua viabilidade económica ou financeira assegurada. Tal não aconteceu e dificilmente poderia efetivamente acontecer apenas com essa fonte de recursos. Houve outras medidas que não se conseguiram implementar e que de facto estes anos difíceis de dois mil e dez a dois mil e treze não permitiram até que algumas medidas viessem a surtir efeito, dado o recuo e a retração da economia, em todo o caso não estivemos parados e houve um conjunto de problemas para resolver com pessoal, com clarificação de questões de

património, com pagamento de dívidas do anterior acionista que entretanto saiu, nomeadamente o Sr. Sebastião Fortuna, porque na quota que nos cedeu afinal havia outros compromissos financeiros para satisfazer com segurança social e outros. Voltando aos grandes eixos, aquilo que foi desenhado de dois mil e treze para implementar de dois mil e treze em diante, consistem um primeiro eixo na criação de um centro de formação de artesanato - centro de excelência – que constitua uma referência na região e um espaço vocacionado para a produção da olaria e azulejaria de qualidade onde sejam ministrados cursos, não apenas às crianças como estava previsto, mas a outros públicos, a sénior e a públicos que queiram seguir de facto uma via profissionalizante naquele espaço.

Naturalmente estes cursos, nós investimos na formação em várias áreas e pagamos formação e portanto as coisas de excelência também têm de ter um preço.

Um outro eixo de intervenção passa de facto por retomar esta ligação acrescida às escolas que sendo certo que não é por aqui que apenas que se consegue a sustentabilidade económica ou financeira, também nos últimos anos foi praticamente abandonada, têm sido muito poucas as visitas, mas existem e estão recenseadas. A Câmara até tem compromissos que ainda não honrou para com a ADREPAL no pagamento de algumas visitas de estudo, mas é necessário retomar esta ligação acrescida às escolas e o plano não se cinge às escolas do concelho de Palmela, tem naturalmente que se alargar às escolas de diversos ciclos e níveis de ensino na área metropolitana de Lisboa que são esses públicos que nos queremos agarrar.

Depois uma outra área de intervenção, prende-se com realização de atividades ligadas às empresas e que tem estado a ter um crescente incremento nomeadamente ações de *team building*, apresentação de produtos, de serviços, aluguer de espaços para reuniões. Isso felizmente tem estado a acontecer e eu digo felizmente, porque não obstante as situações complicadas e difíceis, no final de dois mil e treze o equilíbrio das contas foi notório e os primeiros meses do ano com este acréscimo de alugueres estimamos que o ano de dois mil e catorze possa finalmente ter resultados positivos.

Um quarto eixo de intervenção em que estamos a trabalhar tem que ver com um centro de promoção turística regional, que permita disponibilizar informação turística e que possa cada vez mais ser um centro nevrálgico de partida e de realização de atividades muito ligadas à Serra do Louro e à Arrábida, a desenvolver em parceria com agentes turísticos da região e autarquias. Tem havido contactos, há interesse em eventos que vão desde passeios pedestres, que já se realizam, ou de BTT, a passeios a cavalo, que fomos também na ADREPAL recentemente contactados para o efeito, há pessoas que insistem em soluções como uma localização também para paragem de autocaravanas, enfim, são cenários que estão a ser trabalhados e isto vai um pouco ao encontro da estratégia que temos até para uma candidatura que estamos a preparar, já pensando no futuro quadro estratégico comunitário, tem muito que ver com as portas da Arrábida. Palmela felizmente tem várias portas de entrada na Arrábida e nós estamos a trabalhar nesse sentido e procuraremos através, também dos fundos comunitários, criar instrumentos para a comunicação, divulgação e para potenciar estes valores.

Por último uma aposta que consideramos muito importante a criação de um pátio das artes, um pátio de acolhimento de artistas da região desde à pintura, à escultura, à fotografia. Pretende-se que haja uma dinâmica crescente que envolva os talentos que temos no concelho, e na região, e atrair até artistas de projeção nacional que procuram que o espaço tenha condições para os acolher no atelier. Nós já temos dois artistas lá praticamente em permanência, quem conhece o espaço e tem visitado certamente já se apercebeu da requalificação que ele tem merecido em termos de limpeza, arrumação, beleza, acondicionamento de um conjunto de peças de maquinaria que estavam, enfim, entulhadas e armazenadas e encaixotadas, desde o tempo do anterior proprietário.

O espaço está de facto com melhores condições e há uma maior procura. Este conjunto de alterações permitiu já a curto prazo avançar na direção deste objetivo de acolher alguns artistas, mas está sobretudo criar uma nova dinâmica com um recurso crescente ao aluguer do espaço. Têm sido alugadas salas a empresas de catering, a particulares, a associações, a empresas, para conferências, festas, batizados, casamentos, aniversários. A Cafetaria/Bar está com uma enorme dinâmica do ponto de vista comercial, do ponto de vista cultural e foi recentemente, também, renegociado o contrato de arrendamento. O restaurante que estava parado tem reabertura já anunciada, foi uma enorme surpresa saber disso no sábado à noite, uma surpresa agradável naturalmente, para dia catorze de setembro.

Depois, naturalmente, há muito outro trabalho a fazer que tentaremos da parte da Câmara Municipal com o parceiro ADREPES trabalhar ao nível da comunicação, porque um bom produto precisa naturalmente de ser bem trabalhado a nível da comunicação e do marketing. É interessante que até já programas de televisão, e telenovelas, querem fazer no espaço e isto significa que ele tem um enorme potencial. Nós, obviamente, a ADREPAL tem de tirar dali mais-valias, nomeadamente financeiras, para estabilizar as suas contas e sobretudo para que o projeto se valorize.

Sra. Presidente, tentei antecipar em termos de explicação do Plano Estratégico algumas questões, mas estou como é natural à disposição dos Srs. Membros e das Sras. Membros da Assembleia da Assembleia para responder a questões que entendam por conveniente. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Então Srs. e Sras. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre esta proposta.

Questões que queiram colocar? Tem a palavra, PS em primeiro lugar, PSD de seguida e depois BE."

O **Sr. Pedro Pereira do PS:**

"Boa noite a todos, apresento os meus muitos respeitosos cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia na pessoa desta aos Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Técnicos Camarários, Comunicação Social e demais presentes.

É verdade que nem todas as atividades ao serviço dos municípios podem ou devem ser unicamente avaliadas numa perspetiva económica ou financeira. É comumente aceite pelo munícipes da relevante importância que ocupa o Espaço Fortuna tanto no plano educativo, como cultural e turístico e do enorme potencial deste espaço. É unânime por parte desta bancada a importância e necessidade de existência de tal equipamento no nosso concelho, em especial pelas potencialidades que foram relevadas pelo executivo na palavra do Sr. Presidente.

Porém isto não pode nem deve ser motivo ou razão suficiente para não se escrutinar a forma como a sociedade privada ADREPAL tem gerido este espaço, em especial quando esta sociedade pede uma prorrogação do prazo outorga do contrato definitivo de compra e venda numa altura em que o município já pagou quase a totalidade do preço estabelecido no contrato promessa de compra e venda, um valor superior a um milhão de euros para ser mais correto, um valor de um milhão e noventa mil euros, faltando assim liquidar o remanescente ou seja, duzentos e dois mil novecentos e setenta euros, o qual deve ser pago no ato da escritura definitiva que agora se pede prorrogação.

A hipoteca voluntária constituída pela ADREPAL, a favor da entidade Caixa Geral de Depósitos, é datada de 10 de abril de 2013, tendo esta sociedade criado um ónus no prédio que prometera vender sem ónus por um contrato de promessa de compra e venda outorgado numa data anterior, ou seja em 30 de junho de 2011, ainda para mais quando, se quando a entrada do capital pago pelo município a título de compra e venda, a título de compra do património mobiliário da ADREPAL, com o mútuo bancário que contraiu e pelo qual constitui a hipoteca voluntária. Ou seja, estamos a falar de trezentos e quarenta mil euros até 2010 que foram os tais suprimentos que foram depois transformados – num sinal – como vem no contrato, estamos a falar de duzentos e cinquenta mil euros na data da outorga do contrato da escritura, portanto estamos a falar de mais de duzentos e cinquenta mil euros em 30 de junho de 2011, mais duzentos e cinquenta mil euros em junho de 2012, duzentos e cinquenta mil euros em junho de 2013 e a acrescer a isto entra nos cofres da ADREPAL em março de 2013, data da constituição da hipoteca voluntária, mais quinhentos e vinte mil euros, ou seja num período de 2010 até 2014 estamos a falar da entrada nos cofres da ADREPAL de um valor superior a um milhão e quinhentos mil euros.

Não se compreende ou pelo menos a bancada do Partido Socialista, não compreende com é que se durante este período, durante estes cinco anos portanto 2010 a 2014 a ADREPAL não conseguiu liquidar os compromissos financeiros que tinha, como é que consegue ou tenta fazer querer a esta Assembleia que nesta fase, futuramente sem entrada deste capital vai conseguir apresentar um projeto de viabilidade que lhe vai permitir pagar os compromissos e honrar os compromissos a que se vinculou. Portanto a questão

que aqui se coloca por parte da bancada do Partido Socialista é simples! Qual é o plano de viabilidade estratégico financeiro da ADREPAL para o período que pede a prorrogação? Quais são os novos projetos e visão a desenvolver que permita de forma sustentada um crescimento do ponto de vista económico? Ou começando pelo início, qual é a situação financeira atual da ADREPAL? Que nós ainda não conseguimos entender.

Depois desta questão volto a esse plano de viabilidade, que permita tal sustentabilidade económica, é meramente expectante ou há quaisquer garantias com contratos já assinados com empresas privadas ou outras que permitam rendimentos a esta entidade? Considerando a avaliação que o Sr. Presidente referiu na ordem de um milhão e trezentos mil euros gostaríamos de saber em que data foi o mesmo avaliado, considerando que uma das avaliações data de 2005, altura em que o mercado imobiliário se pautava por valores bem mais elevados dos que hoje em dia e também dos da data da outorga da data do contrato de promessa de compra e venda.

São estas dúvidas que não permitem uma votação favorável, sem entendermos a situação financeira atual da ADREPAL, sem conhecermos o Plano de viabilidade financeiro não conseguimos sequer prever se será suficiente a requerida prorrogação, ou se num futuro breve não estaremos nesta mesma Assembleia a votar novas medidas em relação a esta sociedade. Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite a todos que eu há pouco esqueci-me de dar o boa noite a todos os presentes, não individualizando claro ninguém em especial.

Efetivamente também nos suscita muita dúvida não a proposta em si que é clara, embora consideremos que sendo clara é incompleta. Gostaríamos de saber, embora aqui o meu colega do Partido Socialista tenha referido alguns números, se o Senhor Presidente e com certeza terá ideia da situação financeira da ADREPAL, do valor das hipotecas que oneram os referidos imóveis e bem assim, uma outra coisa, se nós formos reler as atas desta Assembleia Municipal de 16 de fevereiro de 2011, de 3 de março de 2010, isto a titulo de exemplo, era reconhecido pela Câmara que o processo da ADREPAL não estava a ser conduzido, eu não direi da melhor maneira, mas não estaria a dar os resultados inicialmente previstos quando deste negócio. Consideramos também que o contrato de promessa não assegurou, no nosso entender, devidamente os interesses da Câmara e o interesse público.

Na minuta que tivemos acesso e penso que foi a versão final uma vez que a proposta não é acompanhada do referido contrato, e que até considerávamos essencial, não é que não pudéssemos pedir mas continuamos a dizer que há propostas que poderiam vir mais completas, mas cada um tem a sua interpretação sobre esse tipo de matérias. Era referido no contrato de promessa ao que sabemos, o valor da avaliação, os prédios e no preço da venda incluíam-se todas as construções existentes no prédio há data não licenciadas. Queremos saber como é que está o licenciamento dessas obras? Ilegalização que se encontra em processo em curso ora isto estávamos em 2011, esta ata e a primeira deliberação tinha sido em 3 de março de 2010, portanto gostávamos de saber como é que está esse licenciamento, pelo que caso tal processo esteja concluído à data da celebração do contrato prometido isto incluirá necessariamente as mencionadas construções. Esta cláusula, então e se não estiver o que é que ocorre? Consideramos que não está completa e portanto não assegura aqui o interesse público e da Câmara Municipal de Palmela.

Como sinal e princípio de pagamento, como disse aqui o meu colega do PS embora eu não seja do PS, colega da Assembleia é isso que eu quero dizer, pagaram já o valor trezentos e quarenta mil euros, depois entregaram na data da outorga do contrato de promessa mais duzentos e cinquenta mil, em trinta de junho de 2012 mais duzentos e cinquenta mil, em trinta de junho de 2013, estou a fazer fé na proposta, na minuta do contrato de promessa ou seja os tais um milhão e noventa mil euros, antes não sei se terá havido porque já a ADREPAL à data anterior às atas que mencionam que já padecia de grandes dificuldades económicas portanto aqui estamos a falar, faltam duzentos e dois mil novecentos e setenta para pagar.

Outro caso que aqui não entendemos é se a ADREPAL, e pensamos que sim, comunicou à Câmara porque há elementos lá dentro não é, do tal ónus que foi constituir na referida propriedade e portanto quais são os valores desse ónus? Qual é a situação financeira da ADREPAL? Pensamos portanto embora isso pudesse não vir contido na proposta, como esclarecimento adicional a esta Assembleia que é o órgão fiscalizador do órgão executivo que é a Câmara, esses dados deviam ser presentes mesmo que como elementos adicionais não contidos pela proposta. Como tal, congratulamo-nos pelas informações dadas pelo Sr. Presidente no sentido de mais uma tentativa de dinamização do espaço, que consideramos importante e aí parece-me que estamos todos de acordo. A forma e o modo como tem sido gerida a referida sociedade ou o projeto em si é que parece que não estamos de acordo, será esse o nosso ponto de divergência.

Relativamente às escolas que o Sr. Presidente aí referiu, se existia esse projeto não conseguimos perceber a razão por que é que ele foi parado e agora é recomeçado. Falta de dinheiro? Falta de dinamismo? Os órgãos que lá estavam? O que é que se passou, isto no que diz respeito às escolas porque efetivamente há aqui medidas novas também perceberam isso para tentativa de dinamização. Portanto estamos um bocadinho pessimistas com o assunto e não consideramos que o contrato de promessa tenha protegido a Câmara e o interesse público e como tal votaremos contra esta proposta.

Consideramos ainda que até cinco anos, é verdade que pode ser para o ano, pode ser no seguinte, a verdade é que o contrato de promessa não foi cumprido e mais há aqui um segundo problema. Quando houve a avaliação foram tidas em conta as amortizações? Ora nestes anos se, se, vai prorrogar o contrato o que é que vai acontecer ao valor das amortizações que até então podem ser feitas, pergunto eu? Portanto, não sei se não teria que haver aqui também alguma correção ao valor da venda, pergunto eu? Portanto é a questão que temos.

Podem dizer que o contrato então teria que ser de maior valor, então mas se calhar também a avaliação dada esta prorrogação tinha que se fazer uma nova avaliação que também seria menor face aos valores atuais de mercado, e portanto é isto tudo que consideramos, mesmo com a boa vontade do Sr. Presidente que acreditamos, e com a vontade de dinamizar o espaço da parte do executivo, aqui a gestão da ADREPAL, pode vir a melhorar mas efetivamente também nos faz, ou levanta-nos, algumas dúvidas onde é que este dinheiro todo foi gasto ao longo destes anos? Eu não estou a dizer que alguém levou o dinheiro para casa, mas a questão é que estamos aqui a dizer que não percebemos como é que num espaço que não foi muito dinamizado se conseguiu gastar este dinheiro. É certo que houve alguns melhoramentos, o restaurante teve tempo fechado, portanto consideramos que da parte dos órgãos da ADREPAL não houve a motivação ou vontade ou não havia dinheiro, não percebemos! E pelos vistos as dúvidas são gerais Sr. Presidente.

Fazemos votos que o projeto vá para a frente, mesmo com essa candidatura através da Europa que consigam dinamizar. Consideramos positivo até aquela promoção ao nível turístico mas não podemos votar esta proposta porque consideramos que ela não assegura o interesse público e da Câmara Municipal e consequentemente dos munícipes. Tenho dito, após a votação faremos uma declaração de voto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções? Tinha sido pedida a palavra pelo Bloco de Esquerda, por favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite a todos, cumprimento a Sra. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente de Câmara, os Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Colegas de Bancada, Membros, Técnicos da Câmara, Comunicação Social e o Público em último mas não menos importante.

A posição do Bloco de Esquerda é que consideramos que a Câmara Municipal iniciou este processo de boa-fé, apesar de tudo a gestão partilhada com os parceiros públicos da ADREPAL e o privado Sebastião Fortuna revelou-se aquém do esperado, porque não resolveu os problemas do Espaço Fortuna na sua totalidade.

Pela informação que nos chega, temos alguns pontos que achamos que são problemas que se deviam resolver. Em primeiro lugar o aspeto financeiro não cumpriu com o que era exigido no acordo celebrado, em 2011 com a Câmara Municipal, para a transmissão do património imobiliário em tempo útil, final do primeiro

semestre de 2014. Depois também alertamos para o facto de haver uma fraca publicidade dos eventos e atividades programados nos órgãos de comunicação social da região, e também na própria página do Espaço Fortuna. Gostaria de dar a informação que na pesquisa no site Espaço Fortuna Artes e Ofícios, a ultima entrada na agenda é de 11 a 27 de outubro de 2012, ação de formação em decalcos cerâmicos.

E também outro dos problemas é a inexistência de um relatório de atividades anual para apreciação na Assembleia Municipal, como é que todos os suprimentos e aumentos de capital contribuíram para a dinamização do Espaço Fortuna, uma vez que essas próprias tranches visavam viabilizar a sua atividade. Não se conhece qual o plano de atividades ou como está mencionado nesta proposta plano estratégico de restruturação da dívida. Obrigada Sr. Presidente por nos te mencionado os eixos de atuação, mas gostaríamos de saber mais, gostaríamos de conhecer melhor como é que vai ser feita esta reestruturação e quais são asa atividades que realmente em concreto para mudarmos aquilo que até agora não deu resultado esperado.

Posto isto, uma dúvida subsiste nesta bancada. Qual a justificação apresentada para a prorrogação do prazo para um período máximo de cinco anos? A posição do Bloco de Esquerda é que se deve procurar salvaguardar este espaço que é único na região, e na freguesia de Quinta do Anjo em particular, garantindo assim a divulgação do património cultural existente artesanato, azulejaria, cerâmica tradicional. Garantindo também os postos de trabalho e a existência de mais um local de interesse turístico no concelho de Palmela, o que dinamiza a economia local.

Mas o que parece é que esta proposta em discussão é algo que não se percebe muito bem, talvez por não se querer dizer tudo sobre o assunto. Achamos que este processo deve ser mais transparente por tudo aquilo que foi dito até agora pelos outros colegas e Membros da Assembleia.

O povo através dos seus representantes na Assembleia tem que ter acesso a toda a informação sobre como o erário público é utilizado. Pretender fazer passar uma ideia, ou uma proposta com laivos de arrogância, pode tornar este executivo camarário comparável ao atual governo. A nossa tendência de voto será a pretensão em coerência com a nossa postura na sessão da Assembleia Municipal de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e onze. Muito obrigada tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção para já? Então vou ver a palavra ao Sr. Presidente da Câmara."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, vamos às questões em concreto. É evidente que para a generalidade dos Srs. Membros da Assembleia, salvo raríssimas exceções que tiveram o privilégio de participar em mandatos anteriores em discussões sobre esta matéria, falta-lhes muita informação sobre o processo e é evidente que não foi um processo fácil e foi um processo em que todos, a oposição inclusive sonhou, tal como nós, com um espaço com um potencial enorme.

Eu já tive oportunidade de dizer naquilo que me diz respeito e, sobretudo desde que estou em funções mas enquanto vereador no passado também, tivemos oportunidade de partilhar com os Srs. que houve questões que não se concretizaram e que tem que ver desde logo com a natureza do negócio e em particular com um dos membros da sociedade que veio a deixar de fazer parte, vendendo a sua quota pelo valor simbólico de um euro, mas com grandes encargos para a ADREPAL e naturalmente para os restantes membros da sociedade que têm tentado que este projeto não definhe e que, felizmente, está agora a inverter um ciclo de algumas dificuldades maiores que já aconteceram, mas não significa que tenhamos tudo resolvido. Por isso eu quero desde já dizer aos Srs. e aos Srs. Membros da Assembleia que o plano de viabilidade económica-financeira da ADREPAL, vai ter de nos ser presente depois da aprovação desta, embora tenhamos tido reuniões sobre esta matéria como devem calcular no último mês.

Para nós tem de ter objetivos realizáveis no prazo de seis meses, e se isso não se concretizar todos os cenários estão em aberto. Agora, um cenário nunca pode estar sobre a mesa. Eu não percebo o discurso

contraditório nomeadamente da bancada do CDS/PP, então os Srs. preferiam que nós deixássemos que aquilo fosse à falência e perdêssemos as entradas, os suprimentos que demos, e atenção aí às contas Sr. Pedro Pereira, porque efetivamente é um milhão duzentos e noventa e dois, não é mais do que isso, houve suprimentos que foram naturalmente transformados em entradas de capital e há aí questões que tem que ver com o capital social e o valor da compra, a gente não pode somar as duas coisas. Já agora também quero corrigir algo que disse no início é que, de facto, há uma avaliação que data de dois mil e cinco, a avaliação é de dois mil e cinco mas à data da proposta aprovada em dois mil e onze, já com as benfeitorias realizadas, o património estava avaliado num milhão e seiscentos mil euros, mas eu nem quis fazer referência a esse valor. Quanto à discussão se vale mais ou se vale menos neste momento, nós também temos avaliadores oficias e posso dizer-lhe, que não obstante a crise do imobiliário, são precisamente os espaços daquela natureza, com aquele enquadramento natural que menos desvalorizam.

Quanto à questão, e já para que fiquemos com esta parte do património também devidamente esclarecida, do licenciamento e da legalização, o edificado que lá está tem uma parte muito significativa que está naturalmente legalizada, desde logo as construções anteriores a mil novecentos e cinquenta e um, que dispensam licenciamento. Aquilo que está por licenciar tem que ver com alguns anexos, que é difícil fazer prova junto do Parque da sua pré-existência e tem que ver também com alguns casos, por exemplo no caso, de alguma parte dos habitáculos até com a sua refuncionalização, não é? Passar um palheiro para um auditório ou passar um quarto para um restaurante, implica uma refuncionalização e essa refuncionalização está obrigada a cumprir um conjunto de outra legislação, que por sua vez obriga a reconsultar o Parque. Olhe, se aquilo já fosse tudo da Câmara, como a Câmara está isenta de se licenciar a si própria, estaria tudo licenciado. Em todo o caso o problema que temos aqui prende-se com o Parque e não obstante as reuniões que temos tido com os representantes do Parque, tem havido cartas e intenções, boas intenções, de compromissos de enquadrar a regularização daquele espaço, de enquadrá-lo até dentro do perímetro urbano da Quinta do Anjo para não estar sujeito aos índices e às regras do agroflorestal mas sobretudo retirá-lo do Parque. Depois quando está quase tudo pronto fica-se então à espera de alteração ao POPNA, ao Plano de Ordenamento do Parque, só que a alteração ao POPNA estamos à espera quase desde dois mil e nove, há propostas de lei de alteração ao POPNA, há um enorme consenso na Assembleia da Republica sobre esta matéria mas o assunto não avança.

Quero aqui recordar, também, às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia que, quer em relação ao Bando, quer em relação à ADREPAL, aprovámos todos, por unanimidade, um estatuto de utilidade pública para um processo de regularização das suas instalações nestes conflitos com o Parque, com o seu plano de ordenamento do território especifico, que tem de facto um regime especial e que estamos a trabalhar nesse assunto, ou seja não sei o que é que vai acontecer primeiro se é no âmbito da revisão ao POPNA aquela situação de vir a ser resolvida, se é este procedimento especial para tratar já destes dois casos, não é? A última noticia que tive é que requer também um estudo, uma avaliação de impacto ambiental, portanto mais um estudo, uns milhares de euros, que não pode ser feito internamente tem que ser dado a uma empresa, uma avaliação de impacto ambiental para ver se efetivamente aquilo é retirável, ou não, do Parque e quais são os efeitos suscetíveis de ter ou não ter sobre o Parque.

Mas bom, dizer então que de facto o património e até por algumas abordagens que temos tido, quer dizer, é pena, é pena, o património não ser aqui há uns dois anos atrás da Câmara se calhar já tínhamos vendido aquilo a algum russo endinheirado, não é? Porque há quem procure aquele espaço, nós tivemos quem quisesse fazer dali um hotel de charme. Mas pronto, isto requer, também, para já o projeto que ali está, o potencial que tem, os eixos estratégicos que aqui enunciamos é isso que queremos fazer. Nós não queremos ver-nos livre daquele património, queremos continuar fiéis a esta linha de projeto de desenvolvimento cultural e turístico.

Agora é necessário dar este tempo à ADREPAL para podermos chegar ao negócio limpo e seguros, seguros de que efetivamente o património nunca fugirá da Câmara pelo valor dos suprimentos e pelo capital já lá investido.

Para não me esquecer aqui de algumas questões, da reavaliação, como vos disse, há quem aponte hoje para valores superiores. Até para esta questão da avaliação deste tipo de património, ao contrário de outros, para os avaliadores é indiferente que aquilo tenha licença de utilização ou não, esteja avaliada ou não, pelo menos é a experiência que temos tido na Câmara quando queremos fazer permutas com outras entidades e

temos a surpresa de ver este tipo de espaços até sobreavaliados em detrimento de espaços urbanos e de apartamentos e, enfim, que é um tipo de imobiliário que abunda e que naturalmente terá menos valor.

É evidente que não está nas competências deste órgão discutir o plano de atividades da ADREPAL, quer dizer, aquilo é uma sociedade. Naturalmente a Câmara Municipal sente-se na obrigação de prestar todas as informações que as Sras. e os Srs. Membros queiram relativamente à atividade da ADREPAL.

Relativamente ao site a Sra. Membro da Assembleia tem toda a razão e como eu disse um dos erros estratégicos diz respeito à comunicação. De facto nós não estamos satisfeitos com aquilo que foi feito até então, mas isso também tem custos, tem custos, mas há-de ter um momento para. Quando nós tivermos o projeto completo é que vamos vender o projeto com os instrumentos que estão hoje à nossa disposição, mas posso dizer que foram dadas instruções a quem gere o dia-a-dia da ADREPAL, por exemplo para fazer de imediato recurso às redes sociais, porque essas não necessitam de nenhum site, nem de nenhum alojamento, nem de nenhuns custos, nem de nenhum web designer, e portanto temos tudo isso em plano de trabalho. Agora digo-vos, com toda a honestidade, as instruções que o nosso representante na ADREPAL tem é para que em seis meses se regularizem um conjunto de situações, se implementem as medidas e que se faça uma avaliação. Se tal não resultar nós teremos certamente que equacionar outros cenários mas que seja sobretudo para o património vir rapidamente às nossas mãos.

Sobre uma questão muito concreta que foi colocada sobre o valor em dívida, hipotecas etc., eu dou-vos o valor exato à data, porque há pagamentos que ocorrem semestralmente, há um outro pagamento em outubro, há de haver um outro pagamento em janeiro de 2015, nós temos isso tudo recenseado. O capital em dívida, valor exato às duas entidades bancárias é de quinhentos e trinta e um mil euros, não lhe falo aqui em euros e cêntimos mas é à volta disto, e naturalmente com a prestação que vai ser paga em outubro vai baixar, sendo que uma parte será juros, mas vai baixar não é? Agora gostaríamos é que algumas coisas se concretizassem até final do ano para podermos todos depois com muita objetividade e muita coragem tratar dos próximos passos.

Mas esta proposta visa sobretudo assegurar o interesse público, ao contrário do que diz Sra. Membro da Assembleia Rosa Bôcas, é que de facto é um negócio que não é fazível e outras modalidades para o fazer não nos garante que o património seja efetivamente da Câmara. Pode acontecer tudo à ADREPAL, até podemos decidir acabar com a ADREPAL ou criar outra coisa, ou não, mas aquele património tem de vir à posse da Câmara. Eu espero não ficar à espera dos cinco anos, e portanto outros desenvolvimentos traremos à Câmara, e traremos à Assembleia, aliás fazemos questão de depois de fazermos esta avaliação e de conhecermos melhor e validarmos, porque temos que naturalmente validar esse plano que nos vai ser presente pelo nosso outro parceiro, partilharemos essa informação com as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia. Não sei se ficou alguma questão mais em concreto para responder? Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Penso que não, mas temos novos pedidos de intervenção. Agora ao contrário, portanto PSD/CDS, PS, e novamente BE. Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Só há uma pequena dúvida, na altura eu questionei se à data do ónus que terá sido, ao que me apercebo, posterior à outorga do contrato de promessa, se a Câmara foi informada desse ónus que ia ser contraído pela ADREPAL?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Claro que tinha que ser informada, então a Câmara está lá presente através do seu representante terá sido informado. Às vezes poderá não ter sido informado a tempo não é? Eu também teria desejado que este ofício tivesse chegado mais cedo, tinha-nos dado tempo para pensar outras soluções e até para concluir que, se calhar, nem era necessário esta proposta, mas isto é a verdade."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, vamos continuar a ouvir as questões. Tem a palavra o PS, por favor."

O **Sr. Pedro Pereira do PS:**

"Sr. Presidente, eu sei que esta questão levanta muitas questões e compreendo que não tenha sido um processo fácil. Tive acesso às atas de dois mil e dez, a de março e a de novembro, onde esta questão foi discutida e em que o próprio GAP vem dizer que percebe que não há sustentabilidade, e que o declara, e disso ninguém tem dúvidas.

A minha questão é uma questão, em dois mil e seis não havia já estas potencialidades todas? Quando o Sr. Presidente fala daquele local com todas as potencialidades, e o PS não as descarta até porque nós compartilhamos da ideia da importância do espaço, mas em dois mil e seis eu acredito que também já existissem essas mesmas potencialidades e estamos em dois mil e catorze. Quando há pouco referi os montantes que entraram foi, também, porque nos criou confusão se com entradas de dinheiro de um património que já está mais de oitenta por cento pago, falta pagar duzentos e pouco mil euros, porque é que a Câmara não assume já o património que o garantido não tinha deixado a constituição do ónus ou tendo deixado a constituição do ónus ele acompanhava o bem, portanto esta hipoteca que foi realizada mantinha-se a hipoteca, porque é que a Câmara não assume o espaço? Pergunto eu?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"À data não pode fazê-lo."

O **Sr. Pedro Pereira do PS:**

"Mas por causa do contrato promessa de compra e venda, Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não. Tem de estar livre de ónus, não vou comprar uma coisa com ónus."

O **Sr. Pedro Pereira do PS:**

"Então mas estamos a comprar com ónus na mesma se já pagamos o dinheiro e o ónus está lá o que é que nos garante que amanhã…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Garante-se a nossa intervenção na gestão."

O **Sr. Pedro Pereira do PS:**

"Oh, Sr. Presidente, peço desculpa mas a nossa intervenção na gestão é o que está aos olhos vistos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Já lhe respondo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia Municipal terminou? Tem a palavra o Bloco de Esquerda, por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Uma questão rápida, foram aqui referidos os aspetos financeiros e patrimoniais do Espaço Fortuna mas ficaram ainda por ver resolvida a questão relacionada com o aspeto humano do Espaço Fortuna, a minha camarada de bancada Tânia Ramos falou, e muito bem nos postos de trabalho. Nós queremos saber, também, Sr. Presidente qual será o futuro dos postos de trabalho do Espaço Fortuna quando este espaço passar para o âmbito da Câmara? Os postos de trabalho serão eliminados? Serão garantidos os postos de trabalho? Haverá menos postos de trabalho? Serão menos pessoas a trabalhar no Espaço Fortuna? Queremos saber, também, aqui se o aspeto humano também está a ser salvaguardado. Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, mais alguma questão? Antes de voltar a passar a palavra ao Sr. Presidente, não? Então Sr. Presidente tem a palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, ainda há pouco Sra. Presidente esqueci-me de referir a linha de trabalho com as escolas, o que é que aconteceu, então porque é que vai acontecer agora? Precisamente o que aconteceu, se calhar uns trabalham mais próximo do ensino outros menos, mas todos perceberam o que é que aconteceu com as visitas de estudo, com a disponibilidade para sair da escola, com as condições económicas não é? Levar lá as crianças e levá-las todas, levem lá quatro euros ou cinco para comprar uma pecinha, quer dizer isso ninguém obriga ninguém, agora nós temos é que alargar este trabalho à área metropolitana e hão-de aparecer algumas. É esta a diferença entre aquilo que estava a ser feito e aquilo que começou a ser feito agora.

No que diz respeito aos postos de trabalho, os postos de trabalho que existem, naturalmente, quando o espaço vier à posse da Câmara mantendo-se a ADREPAL as pessoas continuam, a não ser que decidamos outra coisa. É municipalizar, é que sermos dono do património não significa que sejamos donos da sociedade, certo? Nós estamos em minoria na sociedade, o parceiro ADREPES é maioritário, faço-me entender? Portanto, ficar com o património não significa que haja mudanças substanciais na sociedade. Agora podemos é chegar a outra conclusão, é que não se justifica manter a ADREPAL e a sociedade, e então internalizamos, é aquilo que se faz, transforma-se tudo ou, não preciso de criar outra empresa municipal certamente para o espaço, mas nesse caso as pessoas ficarão a trabalhar com a Câmara se a Câmara entender municipalizar o Espaço, faço-me entender? Não esquecer este pormenor da sociedade, é que o sócio maioritário é a ADREPES, e nós temos naturalmente, também, de negociar estas questões com esse sócio maioritário.

Relativamente às restantes questões eu penso que estamos aqui um bocadinho em círculo e a tentar repisar o mesmo.

Relativamente àquilo que se passou à data é obvio que alguém, representante da Câmara, há-de ter informado a Câmara de qual era a situação e ao informar de qual era a situação se houve luz verde das duas entidades, penso que à época já eram só duas já não estava o terceiro, para se avançar para essas hipotecas é porque se considerou que era a única forma de dar ainda mais algum balão de soro no momento ao projeto. Agora isso levar-nos-ia a falar dum conjunto de desenvolvimentos que ninguém adivinhava, e volto a dizer nós não vivemos num país cor-de-rosa, de facto as coisas complicaram-se muito nos últimos anos.

Houve de facto situações em que a ADREPAL foi apanhada de surpresa, desde logo no estudo que foi feito pela CDR, uma entidade independente, que faz o estudo de tudo aquilo que havia para pagar e que depois à medida que começamos a fechar com o terceiro membro desta sociedade somos confrontados com dívidas à Segurança Social, dívidas ao fisco, com situações ilegais de trabalhadores, enfim tem sido a sociedade a resolver isso tudo e essa situação com os trabalhadores foi muito penosa e está resolvida, mas foi a

sociedade que resolveu isto tudo. É que a gente depois às vezes fala das tais pessoas dos tais sonhadores, têm grandes ideias e tal, mas de facto nem tudo o que luz é ouro. Agora nós aqui o que temos feito é um percurso difícil, apanhando um contexto que não foi favorável para afirmação de um projeto desta natureza, reconhecemos que o potencial não desapareceu nem sequer foi afetado com este período de atravessamento do deserto. Há aqui um conjunto de projetos, que estão a ser apresentados à ADREPAL, de desafios de empreendedores que podem injetar dinheiro através da utilização daquele espaço, agora nós naturalmente acompanhamos o processo no dia-a-dia e queremos ver para crer. Por isso consideramos que os próximos seis meses vão ser determinantes para a afirmação desse projeto, o restaurante vai abrir, há solicitações de aluguer de espaços para grandes projetos, vamos ver. Para já aquilo que vem ao nosso encontro, ao contrário de outras coisas que já tentaram, integram-se na filosofia do projeto portanto estamos fiéis àquilo que dissemos que íamos fazer na ADREPAL, àquilo que dissemos à população, àquilo que dissemos às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia o projeto mantêm-se fiel na sua génese e nos seus objetivos, agora se concluirmos que isto não tem caminho para fazer eu digo-lhe com toda a honestidade temos que equacionar outros cenários mas garantindo sempre que não perdemos nem um cêntimo daquilo que já está investido na ADREPAL, é essa a preocupação do executivo neste momento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia mais alguma questão que não esteja respondida? Se não, vamos avançar com a votação desta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor da CDU, 11 votos contra (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP) e duas abstenções do BE. Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Peço desculpa, queria apresentar uma declaração de voto não é? Faz favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Os eleitos pela Coligação Palmela mais PPD/PSD.CDS-PP, votando contra a proposta apresentada votaram de vencidos mas consideram que a proposta não salvaguarda devidamente os interesses do município e consequentemente o interesse público.

Na verdade carece de cabal esclarecimento e estamos a referirmo-nos à proposta, como se encontra o processo de licenciamento das construções existentes nos prédios identificados na proposta bem como do endividamento bancário da ADREPAL e gestão financeira.

Atentas as atas da Assembleia Municipal, datadas de três de março de dois de março de dois mil e dez e dezasseis de fevereiro de dois mil e onze, que se salientam verificamos que os alertas já então tinham sido dados e não deslumbramos claras melhorias na gestão do referido espaço até ao momento, não nos tendo sido apresentada qualquer análise de gestão financeira.

Para além disso parece-nos estar a autarquia a correr sérios riscos atendo o facto de que consideramos não ter sido comprido o contrato de promessa, não sendo anexa a proposta cópia do oficio da ADREPAL nem sendo referidos os montantes de ónus/encargos por liquidar por parte da ADREPAL Lda.

Tendo já sido implementadas face às atas da Assembleia Municipal vários planos para uma dinamização do espaço a verdade é que os mesmos não têm sortido impactos financeiros positivos esperados pelo que receamos que a Câmara possa vir a correr sérios riscos de não adquirir os respetivos imóveis. Como este órgão é um órgão fiscalizador não consideramos estarem reunidas as condições para votarmos favoravelmente a proposta apresentada considerando insuficientes e demasiado generalistas as informações contidas na mesma. Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Bem de facto não vale a pena a discussão, não é?, com essa declaração de voto. Vamos passar à frente então. Proposta seguinte Sr. Presidente por favor."

PONTO TRÊS – Nomeação de auditor externo do Município de Palmela (anos económicos 2014 a 2017) e do fiscal único da empresa municipal Palmela Desporto, E.M.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente trata-se de uma proposta acerca de nomeação de auditor externo do Município de Palmela (anos económicos 2014 a 2017) e do fiscal único da Empresa Municipal Palmela Desporto, E.M.

Isto vem à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal porque de facto nos termos da legislação aplicável no caso da primeira, atual lei das finanças locais na sequência das deliberações de Câmara propõe-se a nomeação do revisor oficial de contas Lino Correia, SROC Unipessoal Lda., para proceder à revisão legal das contas do município nos anos económicos referidos de dois mil e catorze a dois mil e dezassete, e também nos temos do disposto do artigo vigésimo sexto da lei cinquenta de dois mil e doze, que é a lei que regula as entidades, é o regime jurídico da atividade empresarial e aqui trata-se de uma empresa municipal, que está sujeita a este regime jurídico. Propomos também que a Assembleia aprove a designação que fizemos do revisor oficial de contas Lino Correia Unipessoal Lda., fiscal único da empresa Palmela Desporto.

Eu não iria ler toda a proposta onde se refere nos termos da legislação aplicável, o que é que compete ao auditor externo, mas queria aqui referir que ele é o garante da transparência para os órgãos executivos e deliberativo, ele reporta à Assembleia Municipal, atenção ele não reporta à Câmara ele reporta os seus relatórios à Assembleia Municipal, não depende do Presidente da Câmara, naturalmente aqui não está a ser submetida a apreciação da Assembleia a forma de contratação que é da responsabilidade da Câmara e da Palmela Desporto, mas a Assembleia tem de validar esta proposta. Optámos por este profissional com quem já trabalhamos há alguns anos por forma a dar continuidade ao trabalho desenvolvido no mandato anterior.

Depois há aqui um aspeto importante para que todos compreendam o seguinte: passou a ser obrigatório com a nova lei das finanças locais haver aquilo que se chama uma consolidação de contas, que aliás já trouxemos também a este órgão, e dado que a Empresa Municipal Palmela Desporto faz parte do grupo municipal, do mesmo grupo municipal onde está o município, há também toda a vantagem que o auditor seja o mesmo dentro deste grupo municipal, é assim que acontece e que tem estado a acontecer na generalidade dos grupos municipais. Só uma curiosidade a Câmara Municipal paga ao ROC, a Empresa Municipal paga ao fiscal, portanto o que nós vamos aprovar é o sentido de voto do nosso representante na assembleia geral da empresa, nesta proposta, nomeadamente o Sr. Vereador Adilo.

Quanto ao currículo, enfim eu ainda há pouco comentava aqui com a Sra. Vereadora Natividade, o nosso revisor isto porque é já um sénior, um homem batido nestas coisas, não utiliza o currículo do euro-passe formatado, é um currículo à antiga mas é um bom currículo comparando com aquilo que conhecemos, outras coisas que conhecemos são essas sociedades que trabalham para os ministérios e para a banca e algumas delas não nos merecem muita confiança.

Muito bem, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia é o essencial da proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão. Alguma questão por favor? Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. Tiago Machete do PS:**

"Boa Noite a todos, Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia e os Srs. Munícipes, Jornalistas e demais.

Eu só vou fazer esta observação porque o Sr. Presidente disse que era um bom currículo e de facto a minha opinião é precisamente contrária.

O currículo está feito com muito pouco rigor, está construído com muito pouco rigor efetivamente e apesar de nós sabermos…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É um currículo oculto, eu referia-me ao currículo oculto que é o trabalho que o senhor desenvolveu."

O **Sr. Tiago Machete do PS:**

"Apesar do nosso voto, nós temos um voto favorável, no entanto é importante, já que falou nesta questão do currículo, também deixar aqui a nossa sugestão para que, futuramente, seja incluído um currículo que possibilite realmente vislumbrar quais são, neste caso, a experiência profissional ou as formações que a pessoa possa ter tido porque, de facto, não é a partir daqui, pois é evidentemente pelo que se lê até passo a ler:

Frequência de vários cursos de formação profissional ministrados em Lisboa, Bruxelas, Genéve e Londres, mais quais?, chefe de contabilidade numa empresa de setor mineiro, qual a empresa?, revisor oficial de contas e consultor de empresas, que empresas?, vogal no conselho fiscal de várias empresas nacionais e estrangeiras, quer dizer é muito vago e penso que sendo boa pratica…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Esteve na Deloitte e Touche, são nomes interessantes não é?"

O **Sr. Tiago Machete do PS:**

"... a nossa sugestão é que seria uma boa prática ter, fazer incluir um currículo bem construído tanto…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É o euro-passe…"

O **Sr. Tiago Machete do PS:**

"... neste processo como noutro qualquer, e a Câmara devia obrigar-se a isso mesmo, a aceitar apenas um currículo que pudesse ir ao encontro de padrões de qualidade e rigor."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção por favor sobre esta proposta?

Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigada Sra. Presidente.

Eu queria aqui colocar só uma questão, o assunto é "nomeação de auditor externo e fiscal único da empresa municipal Palmela Desporto". Só para termos uma ideia, que agora não me ocorre nem sei se o Sr. Presidente terá esses dados, qual é o valor anual para cada uma das funções? Isto é a título informativo não é? Para além disso independentemente, com certeza, da idoneidade profissional do senhor que não está aqui em causa corroboramos da ideia do nosso colega, ali do PS, que o currículo podia ser mais diferenciado e o porquê não de não consultarmos o mercado também em relação a outros auditores externos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Já expliquei Sra. Membro da Assembleia, está na proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sobre as questões suscitadas, naturalmente a questão do currículo Sras. e Srs. Membros da Assembleia pese embora termos brincado com o assunto é sobretudo uma questão de forma porque daquilo que conhecemos da vasta experiência deste revisor que até podia referir com quantos outros municípios trabalha e com quantas outras sociedades trabalha, seria importante naturalmente, é sobretudo uma questão de forma e certamente terá noutros anos que apresentar isto mais completo. Creia que é pessoa experiente e tem-nos dado provas disso porque, nos últimos anos, o rigor, as observações, por vezes puxando as orelhas à Câmara no sentido de pedagogicamente melhorarmos alguns procedimentos, tem provado sobretudo a sua competência técnica e o seu rigor e a sua independência fazendo jus, estritamente, ao estado da sua arte.

Quanto ao valor dos honorários no que diz respeito ao trabalho para com a Câmara, mil oitocentos e doze euros, no que diz respeito à Palmela Desporto competirá à Palmela Desporto tratar do procedimento e do assunto quinhentos e vinte cinco euros mensais, são estes os valores. O porquê de continuarmos com a opção por este em vez de fazer um concurso para uma coisa destas, não só por causa da agilidade do procedimento mas porque a experiência de trabalho tem sido excelente e importa dar continuidade, isso está explicado na proposta, é um critério que nós valorizamos e os valores que nos têm sido presentes são muito aceitáveis comparados com aquilo que existe no mercado.

Fazer alguns dos procedimentos por estes valores, das duas uma é que não estaríamos a fazer opções se calhar de acordo com a competência técnica, com experiência e com o currículo, estaríamos a ver quem é que fazia mais barato, não é? Aqui não se trata de fazer mais barato, trata-se de um equilíbrio de relação da qualidade do serviço/preço mas, naturalmente, a competência e a experiência em quem trabalha nesta área em que a contabilidade autárquica e tipos de sociedade e também tipo de empresas requer uma crescente especialização e há aqui um largo (…)para além da vantagem de se trabalhar como uma equipa uma empresa de revisores."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sr. Presidente mais alguma questão por favor da parte das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia? Então não havendo, votamos."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Peço desculpa Sra. Presidente, é que há aqui um aspeto importante. É que às vezes estamos aqui a questionar a pessoa, eu gostaria que numa próxima Assembleia que estivermos a discutir orçamentos prestação de contas que em face dos relatórios do ROC – Revisor Oficial Contas, se houver alguma coisa a assinalar, os Srs. Membros da Assembleia que façam o favor de dizer se acham que aquele trabalho é

insuficiente, se é competente ou se não é, já agora para referir que o escrutínio da nossa opção, para que não seja só o Presidente do órgão executivo a dizer que o trabalho satisfaz é importante porque ele reporta aos Srs. e às Sras. e portanto façam favor depois de fazer essa apreciação, é só esta nota."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Meus Srs., vamos passar à frente, Sr. Presidente, é essa a competência da Assembleia, portanto Srs. Membros da Assembleia vão estar atentos. Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e dois do BE) e uma abstenção do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

O **Sr. Simplício Piteira** terminou a sua participação nos trabalhos pelas 22,12 horas.

PONTO QUATRO – Contrato-programa entre o Município de Palmela e a Palmela Desporto, E.M.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Na prática trata-se de submeter a deliberação da Assembleia uma proposta, que já mereceu análise do executivo, e que consta da celebração do contrato-programa, um novo contrato-programa, e simultaneamente um acordo de revogação do anterior. Indo ao corpo da proposta, a Câmara e a Assembleia aprovaram no final de 2013 o contrato-programa celebrado entre o município e a Palmela Desporto com vista à atribuição do subsídio à exploração pela prestação de serviços de interesse geral no contexto da gestão dos equipamentos desportivos sobre responsabilidade da mesma.

O município entende, neste momento, ser primordial a definição de novas regras, e procedimentos, de cedência de utilização dos equipamentos desportivos municipais geridos pela Palmela Desporto por parte do associativismo desportivo do concelho.

Por outro lado, no âmbito do programa municipal de desenvolvimento do associativismo, o apoio a clubes tem como fundamento o papel desempenhado nas comunidades em que estão inseridos, a sua importância na dinamização e no fomento da prática desportiva do concelho, especialmente junto das crianças e jovens contribuindo para a sua formação integral como cidadãos.

Um outro ponto, o programa "Aprender a Nadar" que é um projeto que vamos retomar a desenvolver em parceria entre a Câmara Municipal e a Palmela Desporto, que é dirigido aos alunos dos estabelecimentos de ensino público do 1º ciclo do ensino básico do concelho, vai permitir dar cumprimento às orientações curriculares no âmbito da expressão física ou motora, bloco de natação e simultaneamente possibilitar a vivência aos alunos de uma importante atividade do seu desenvolvimento global. Estas atividades desportivas promovidas pela Palmela Desporto, movimento associativo do concelho e programa "Aprender a Nadar" regem-se por calendários específicos, épocas desportivas e ano letivo entre um de setembro e trinta e um de agosto. Como existe um contrato em vigor até 31 de Dezembro de 2014, a especificidade de prazos estabelecido para o novo contrato que vigorará de setembro 2014 até agosto de 2015, tornando-se necessário decidir a revogação do anterior sem prejuízo de ser garantida ainda a permanência dos seus efeitos até ao momento da obtenção do visto do Tribunal de Contas para o novo contrato. Para o efeito se fez constar do acordo de revogação do contrato anterior uma condição suspensiva da eficácia até à obtenção do referido visto do Tribunal de Contas.

Em suma, neste novo valor de subsídio à exploração que está aqui nas alterações que propomos ao contrato, passarão a estar incluídas as utilizações por parte do movimento associativo do concelho dos equipamentos desportivos municipais geridos pela Palmela Desporto, utilização essa que tem encargos, que têm um custo e que o município traz amiúde à reunião de Câmara propostas de atribuição de subsídios, a esses clubes e entidades desportivas, para que depois o dinheiro acabe por transitar diretamente para a Palmela Desporto para pagar essa utilização.

Com estas novas regras, devo adiantar à Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia, que estabelecemos, e penso que os clubes ficam muito bem servidos, um volume de horas, estabelecemos um conjunto de critérios e possibilidades de utilização por parte do nosso movimente associativo, que temos aqui o projeto "Aprender a Nadar" que sendo feito de outra forma estando nós a pagar custos, até porque tínhamos no orçamento e agora na última alteração orçamental limpámos essas rubricas, teríamos nós que pagar o custo hora dos monitores etc., tudo isto passa a fazer parte também das atribuições e das funções e do trabalho social que a Palmela Desporto tem que fazer, por via do subsídio à exploração que atribuímos.

Pensamos que é um excelente acordo, que vai possibilitar fazer, também, nesta matéria muito mais com menos dinheiro e a empresa fica naturalmente também aqui com um conjunto de obrigações, de indicadores de números, de objetivos a atingir, indicadores de eficácia, também, e de eficiência, enfim e depois aqui nos anexos estão também identificados um conjunto de indicadores de medição de vários objetivos setoriais e no fundamental é disto que se trata, para além desta necessidade de fazer coincidir este novo contrato com um calendário que diz respeito essencialmente às épocas desportivas e aos anos letivos como diz no corpo da proposta, disse Sra. Presidente.

Há aqui uma nota, peço desculpa, e peço desculpa de não ter feito chegar aos Srs. Membros da Assembleia mas também só recebi isto hoje, que é precisamente um parecer do próprio fiscal único sobre o valor do subsídio à exploração porque ele também tem que se pronunciar analisando os indicadores, os orçamentos, e as previsões do mesmo e emitem um relatório profissional independente que concluí, nomeadamente, que o valor do subsídio à exploração está adequadamente calculado e diz que é normal que possa haver acontecimentos que não ocorram conforme a forma esperada pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes. A execução financeira essa ninguém a controla, esta estimativa de estado, de clientes etc., etc., esperemos que se mantenha ela foi feita de forma mais rigorosa possível a não ser que haja aí alguma hecatombe e quer os clubes, quer as associações, quer as próprias escolas deixem de utilizar os equipamentos o que não é plausível. Disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta, questões? Tem a palavra o Partido Socialista por favor."

A **Sra. Ilda Fino do PS:**

"Muito boa noite, os meus cumprimentos à Mesa na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, demais Colegas de Bancada e Membros da Assembleia, Srs. Funcionários, e demais presentes.

Os Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista vão votar vencidos, abstendo-se, com base nos seguintes fundamentos:

O contrato-programa entre o município de Palmela e a Palmela Desporto Empresa Municipal embora se reconheça que tem sido um esforço e na clarificação de determinados indicadores, como o Sr. Presidente falou e mencionou, na atividade de Palmela Desporto, temos aqui o exemplo na cláusula 6ª que faz referência a existência de menos reclamações dos clientes em comparação com a época desportiva anterior, no entanto há aqui situações como por exemplo não temos elementos que nos permitam auferir quantas reclamações existem até á presente data. Seria importante, e relevante, que se disponibilizasse essa mesma informação de modo a aferir no futuro com objetividade o eventual cumprimento desta meta. Acresce ainda que no contrato programa não estão previstas, nem se vislumbram, quaisquer medidas em termos de

manutenção, beneficiação, conservação e possível ou eventual expansão dos quatro equipamentos desportivos: Piscinas de Palmela, Pinhal Novo, Pavilhão Desportivo do Pinhal Novo e Campo de Jogos de Palmela.

Entendemos que seria essencial para o futuro sustentável da empresa a implementação de medidas como por exemplo de medidas de eficiência energética, preservação desses mesmos espaços, portanto que temos as piscinas com alguma longevidade, cerca de vinte anos de existência, até porque em termos de orientações estratégicas em termos do próprio site do Palmela Desporto, passo a citar no ponto 3 diz:

- garantir o bom estado de conservação e funcionamento dos equipamentos desportivos municipais sobre sua responsabilidade e realizar as necessárias beneficiações dos mesmos no cumprimento das normas e com vista à prestação de serviços de qualidade;

Acresce ainda que no ponto cinco, das orientações estratégicas de Palmela Desporto, que seria um ponto eventualmente a explorar no contrato-programa que não vem clarificado:

- assegurar um contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas e projetos de intervenção dirigidos a segmentos mais desfavorecidos e necessitados da população através da celebração. Portanto há descontos, que ninguém nega isso, a associações sem fins lucrativos. No entanto achamos que poderia ir mais além, podia haver especificidades que estivessem previstas no próprio contrato-programa porque unicamente a meta a atingir é sem reclamações, em termos de projetos que falou aqui, ou menos reclamações, pelo que seria relevante ter aqui o quantitativo para aferir.

Por outro lado em termos do próprio diploma legal que estabelece o regime do contrato-programa, efetivamente, temos aqui o princípio da transparência, não é? nos termos do artigo 43.º em que as empresas constem obrigatoriamente que prever no sitio da Internet a seguinte informação, e que não consta que seria relevante também que passasse a constar a identidade dos membros órgãos sociais e a respetiva nota curricular, que não existe a nota curricular, os montantes aferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais, que está previsto no artigo 8.º nº 2 do estatuto, como apenas a referente ou equivalente à remuneração de diretor municipal sendo devidos eventuais suplementos remuneratórios com carater regular, não sabemos quais, eventuais é muito vasto, portanto porque o que diz a lei é o montantes tem que ser detalhado, plano de atividades anuais e plurianuais, plano de investimento aquilo que o Sr. Presidente falou agora em termos de relatório de contas também está previsto é uma obrigação legal. Em suma no sítio da net Palmela Desporto não é facultada informação que é obrigatória, em termos de legislação em vigor, parece-nos por outro lado que o contrato programa é muito pouco e que está previsto aqui, poderia como falei ser muito mais abrangente e ter previsto os indicadores não só qualitativos mas quantitativos de forma expressa, de forma a aferir o grau de satisfação do número de clientes e utentes, teria também de estar aqui essa situação claramente prevista.

Por outro lado, acresce ainda, que nos termos do artigo 47 da Lei 50 de 2012, que falei aqui relativamente ao Regime Jurídico da Atividade Local, os contratos-programa devem definir detalhadamente e de forma fundamentada a necessidade do estabelecimento desta relação contratual ou seja este montante de subsídio à exploração, estas metas de eficácia e eficiência como o Sr. Presidente falou, fala-se em eficácia e eficiência, mas por outro lado o que contempla aqui em termos de especificidades é apenas um critério de qualitativo portanto não existência de reclamações, é vago, é indeterminado e não chega. Portanto tenho dito."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora não vou repetir alguns dos pontos dos quais a minha colega mencionou e com os quais concordo absolutamente.

Irei levantar aqui algumas questões. Efetivamente este custos alguns são justificados pela prestação social e desportiva que se faz à comunidade no entanto, nota-se aqui uma vontade uma melhoria, tem havido sérias críticas em relação à Palmela Desporto, muitas vezes em Assembleias, ou pontos de divergência. É assim cada um tem a sua razão Sr. Presidente é isto que é a Democracia não é uns consideram infundadas outros fundadas é isso mesmo, por isso é que há democracia. Eu agora pedia ordem à Mesa que eu estava no uso da palavra.

Pronto vou continuar e o Sr. Presidente depois poderá falar. Entretanto vejo aqui na cláusula 4ª a justificação destes subsídio, onde os exemplos na política de preços aprovada pelo município, os descontos a entidades onde são referidas várias inclusive a Associação de Bombeiros de Pinhal Novo e o Posto de Pinhal Novo da GNR, não sei ser isto vai ser alargado também a Palmela, ou se não aceitaram, ou como é que aconteceu. Isto é uma questão que pode ser aperfeiçoada. Oh Sr. Presidente eu estou a ler isto aqui na proposta e estou a levantar as dúvidas.

Relativamente à cláusula 6ª, que a minha colega Ilda Figueiredo também já levantou na questão das menos reclamações também diz o ponto 1, 2 e 3 que o segundo outorgante deve garantir até 31 de julho de 2015 que são atingidas as metas indicadas no anexo. Não se diz é como se vai garantir, deve ser só com a execução não é?, No entanto na clausula 12ª refere-se que o segundo outorgante obriga-se a colaborar e a fornecer a qualquer momento toda a informação e documentação solicitada pela Câmara, não é?, sempre que este julgue necessário conhecer o estado de execução do presente programa. Eu nesta cláusula eu sei que a Câmara pode pedir a todo o momento, mas na nossa opinião devia estar estipulado pelo menos ou mensal ou trimestral não quer dizer que a Câmara não possa lá ir todos os dias ver os papeis, e portanto concluído o presente contrato programa no ponto 2 é que diz, então, que o segundo outorgante enviará ao primeiro o relatório final sobre a execução. Nós entendemos que devia haver relatórios preliminares, é que isso dava menos trabalho à Câmara e escusava de ir lá solicitar, vinham automaticamente porque estavam contratualmente, ou neste caso no protocolo que estamos a estabelecer, havia a vinculação da entidade em causa. Depois aqui na apreciação dos números, penso que aqui há uma vontade de dinamização, é positivo e portanto o nosso voto, face a isto tudo, será o da abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, mais alguma intervenção sobre este tema, sobre esta proposta por favor? Bem então para terminar a discussão o Sr. Presidente tem a palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Há aqui questões que, naturalmente, não me compete responder e que eu aconselhava os Membros da Assembleia a perceberem quais são as obrigações legais da Palmela Desporto, perceberem como é que funciona. Nós participamos no Conselho, na Assembleia Geral, mensalmente reunimos com a Palmela Desporto, os relatórios são trimestrais e não vamos aqui exigir nada mais do que a lei já exige e para lhe dizer que a Palmela Desporto cumpre tudo e cumpre e responde a todos os requisitos, nomeadamente os do Tribunal de Contas sobre estas matérias, quer no seu funcionamento, quer na sua gestão, e é bom perceber isso, portanto a gente pode pedir mais relatórios preliminares, gostava mais assim, gostava mais assado, mas isso enfim não adianta nem atrasa.

A Palmela Desporto é escrutinada, e bem escrutinada por várias entidades, e é naturalmente acompanhada pelo Município através do nosso representante e isto vai tudo a Tribunal de Contas.

Depois, também, há aqui alguma confusão que é querer transformar um contrato-programa numa relação ou num plano atividades, para isso existem outros documentos.

O mesmo em relação às referências sobre a eficiência energética e as obrigações da beneficiação. Eu já tive a oportunidade de responder, se calhar não lhe transmitiram isso Sra. Membro da Assembleia, que isso é objeto de um outro documento que é o Contrato de Comodato com a Palmela Desporto. É um documento muito desatualizado e que vai ser trabalhado e apresentado à Câmara, e que diz claramente qual o tipo de beneficiação e de conservação que compete à Empresa Municipal, até que valor e qual é o outro tipo de investimento que naturalmente deverá competir ao Município, que é o detentor daquele património.

Depois já que consultaram o site e as notas e observações sobre melhoria da informação, eu agradeço-as eu partilho parte das observações que fez, foram devidamente transmitidas ao Sr. Presidente do Conselho de Gestão ou de Administração?, é de Gestão?, disse bem, Conselho de Gestão, mas já que se consulta o site podemos consultar as newsletters que vão dando conta das inúmeras beneficiações que por acaso

ocorreram nestes últimos dois meses e são muitas. Isso há-de ser refletido também em termos de execução de planos e execução financeira quando houver a apreciação das contas da Palmela Desporto.

Portanto, folgo em saber que V.Ex.as., reconhecem que há aqui progressos, há sobretudo uma clarificação, há uma maior abrangência nas atividades de âmbito social, aquilo que deve reverter para a comunidade por parte da Palmela Desporto, dado que e recordo-me de discussões, no passado, em que apenas se entendia que o subsídio à exploração era apenas para manter preços sociais e que às vezes discutia-se o preço era tão social, ou não. Isto hoje há preços para todos os gostos, a qualidade depois é que tem naturalmente que ser criteriosamente avaliada. Isto para dizer que estes outros indicadores, levar a utilização dos nossos equipamentos desportivos municipais a mais utilizadores e com estes fins específicos alargando às atividades socioeducativas, para nós é um grande passo e sobretudo não temos que estar depois à parte a pagar isso. Se tivéssemos que pagar a uma empresa, a outra entidade, ou à própria Palmela Desporto o valor hora piscina etc., etc., tudo isso certamente seria muito mais dispendioso para o erário público.

Relativamente aos indicadores, os indicadores também no contrato-programa eu julgo que é difícil um documento desta natureza especificar mais, mas obviamente eles estão nos outros instrumentos de gestão, virão ao escrutínio também dos órgãos próprios e estão disponíveis e terão, na minha opinião, que ficar disponíveis também na página da internet, portanto Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia eu considero que temos aqui uma boa proposta que clarifica obrigações e direitos e que esperemos que tudo se concretize conforme previsto. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, podemos votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (dezasseis da CDU e dois do BE) e 11 abstenções (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminamos a nossa ordem de trabalhos e com ela terminamos a sessão.

Gostava apenas de informar que temos uma reunião no próximo dia 5 de setembro do nosso Conselho Municipal de Mobilidade, será disponibilizada aos Srs. Membros da Assembleia, através da nossa pasta partilhada, a ata da última reunião de 6 de março. Nós na altura não falámos nisso, mas vamos adotar como metodologia, aliás para as demais representações da Assembleia, vamos procurar proceder da mesma maneira.

Pronto, entretanto, desculpem só para recordar que provavelmente não temos nenhuma reunião antes, aliás seguramente antes não temos nenhuma reunião. A nossa Festa das Vindimas está aí, na próxima semana, e portanto para além dos convites dos Órgãos normais, da Associação das Festas, etc., com certeza que fica a vontade de todos nós de partilhar a Festa e de viver a Festa, portanto a todos os Srs. Membros da Assembleia desejo uma excelente Festa das Vindimas e em setembro cá nos encontraremos, em data a comunicar oportunamente, para a nossa sessão ordinária, está bem? Boa noite a todos e obrigada."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que eu **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e sete de agosto de dois mil e catorze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete